

A leitura como relação

Roselaine de Lima Cordeiro*

Valdir Prigol**

Resumo

Daniel Link, no ensaio “Como se lê”, que abre o livro com o mesmo nome, propõe que na leitura há duas séries de sentido: uma que vem do leitor e uma que vem do texto. Partiremos dessa proposição de Link para pensar a leitura e como ela coloca em jogo posições dominantes em relação ao texto, ao leitor, ao tempo, ao valor e ao sentido. Compreendemos, a partir dessa definição de leitura de Link, um modo de conceber a leitura que considera o texto e o leitor como fundamentais. Nessa perspectiva, o tempo é o presente da relação de leitura. Da mesma forma, o valor está na relação entre texto e leitor, isto é, em cada ato de ler. Diante disso, os sentidos nascem na relação de leitura e esse efeito, conforme os autores com os quais dialogamos, pode ser chamado de redenominação, metáfora e imagem. Destacamos como essas questões são importantes para pensarmos o literário e a aproximação entre textos e leitores.

Palavras-chave: Leitura; texto; leitor; sentido; relação.

Reading as relation

Abstract

Daniel Link, in the essay “Como se lê”, which introduces the book with the same name, proposes that there are two series of meaning in reading: one that comes from the reader and one that comes from the text. We will begin with Link’s proposition to think about reading and how it puts at stake dominant positions in relation to text, reader, time, value, and meaning. Based on Link’s definition of reading, we understand a way of conceiving reading that considers the text and the reader as being fundamental. In this perspective, time is the present of the reading correlation. Likewise, the value is in the relationship between text and reader, in other words, in each act of reading. In face of this, the meanings are born in the reading relation and this effect, according to the authors with whom we interact, can be called redenomination, metaphor, and image. We emphasize how these issues are important to think about the literary and the approach among texts and readers.

Keywords: Reading; Text; Reader; Meaning; Relation.

Recebido em: 11/03/2022 // Aceito em: 18/08/2022.

* Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó. Doutoranda em Estudos Linguísticos. Servidora técnico-administrativa da UFFS - Campus Erechim. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7095-6890>.

** Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó. Doutor em Literatura. Professor da UFFS - Campus Chapecó. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7234-625X>.

1 Introdução

Há muito tempo, debate-se a leitura no Brasil a partir de diferentes perspectivas. Uma grande parte delas centra-se em aspectos em torno do texto literário, enquanto outras tomam como foco o leitor. Trata-se de percepções distintas que nos mobilizam a discutir a leitura à luz de questões que envolvem o texto e o leitor, mas também outras noções que se referem ao ato de ler, especialmente o que envolve a produção de sentidos.

Neste ensaio, retomamos algumas questões a partir do texto de Daniel Link, intitulado “Como se lê”, publicado no Brasil em 2002. Nele, é possível observarmos em funcionamento um conceito de leitura que coloca em jogo determinadas noções que estão ligadas a essa temática. Abaixo, apresentamos um trecho para elucidar o que propomos:

O sujeito lê um objeto. Chamemos 1 ao objeto; 2 ao sujeito; 3 à **relação** entre sujeito e objeto: o que chamamos leitura é apenas a correlação de duas séries de sentido, uma inerente ao objeto e outra inerente ao sujeito (por acaso a **escuta** é outra coisa?). Se o que aparece é apenas a série de sentidos “que vem” do objeto e apenas do objeto, estamos diante de uma descrição. Se o que se impõe é a série de sentidos do sujeito [...], estamos diante de uma interpretação. Não se trata de “desqualificar” a descrição (o 1) e a interpretação (o 2), mas simplesmente de declará-las limites da leitura (o 3). (LINK, 2002, p. 19, grifo do autor).

Nessa citação, temos o leitor e o texto. De imediato, Link (2002) coloca em foco tanto um quanto o outro sem considerar um mais ou menos importante. O texto será chamado de 1 enquanto o leitor, de 2. Entretanto, para além deles, temos o 3 que se configura pela relação entre 1 e 2, isto é, no encontro entre texto e leitor. E esse 3 é nomeado pelo autor como relação. Assim, Link (2002) nos mostra que há três elementos em funcionamento na leitura: o texto, o leitor e a relação entre eles.

Nesse mesmo trecho, a leitura é nomeada como uma “correlação de duas séries de sentido”. Uma ligada ao objeto e a outra ao sujeito. Além disso, outros elementos são colocados também em destaque pelo autor, ou seja, a descrição e a interpretação. A primeira está relacionada ao objeto e a segunda ao sujeito. Portanto, a descrição está ligada ao texto e a interpretação ao leitor. Como vemos em Link, a centralidade está no sujeito e no objeto, por isso, na leitura, o texto (a descrição) e o leitor (a interpretação) devem aparecer. Desse modo, podemos compreender que a leitura envolve o texto, o leitor, a descrição e a interpretação numa relação em que todos esses elementos estão presentes. Todavia, segundo Link (2002), a leitura não deve ser confundida nem com a descrição nem com a interpretação, mas compreendida como funcionando num movimento de fronteira com cada uma delas.

É importante salientar que essa proposição de tomarmos a leitura como uma relação entre sujeito e objeto marca um outro modo de compreender a leitura. Link (2002) faz menção inclusive à escuta psicanalítica, pois nela também há, segundo o autor, essa “correlação de duas séries de sentido”. Portanto, com a centralidade simultânea do sujeito e do objeto, parece-nos que esse movimento coloca em jogo várias noções já naturalizadas relacionadas à leitura.

Assim, ao lermos a definição de leitura que está em Link (2002), percebemos que ela coloca em jogo pelo menos cinco categorias que podem ser discutidas a partir da leitura como relação. São elas: o texto, o leitor, o tempo, o valor e a produção de sentidos. Parece-nos que esses cinco elementos são colocados em discussão constantemente ao tratarmos de leitura. Alguns com mais ou menos ênfase. Neste ensaio, analisamos todos eles a partir do trecho proposto e de demais questões que são colocadas em cena no texto de Link (2002), buscando compreender como a definição de leitura dada em “Como se lê” coloca em discussão todos esses aspectos.

Sobre essas categorias, vale ressaltar que, por muito tempo nos debates sobre leitura, a centralidade foi dada ao texto. Por esse ângulo, o leitor não era considerado um sujeito ativo na leitura, mas despidido de si mesmo a fim de compreender as ideias dos autores, as informações dos períodos de produção de um texto e de elementos que giravam em torno da obra. Podemos mencionar várias situações em que a leitura é vista a partir do foco no texto, como, por exemplo, nas perguntas feitas ao leitor, tais como “o que o autor quis dizer?”, “qual a ideia principal do texto?”, “qual a estrutura do texto?”, dentre outras. Esses questionamentos fazem com que o leitor se veja na posição daquele que retira informações do texto, como se o decifrasse. Há, dessa forma, uma atenção excessiva a elementos que não dão centralidade à construção de sentidos pelo ato da leitura que considera objeto e sujeito.

O leitor, por sua vez, aos poucos, a partir de outros pontos de vista, foi tomando contornos mais nítidos, com algum protagonismo na constituição do sentido. Um movimento diverso daquele focado no texto, ou seja, um modo de ler que considera que o sujeito traz suas experiências e vivências para a leitura. Nesse caminho, o entendimento é de que uma obra literária está sujeita à possibilidade de interpretações e de contribuições do leitor que traz sua bagagem para a produção do sentido.

Quanto ao tempo da leitura, essa é uma categoria que nos coloca várias questões. Isso porque o foco por muito tempo esteve em escolas e períodos literários, em aspectos voltados, portanto, ao passado. Características que marcaram e ainda estão presentes principalmente no ensino de literatura e em alguns modos de ler. De um modo geral, as práticas e as teorias de leitura compreendem o tempo de leitura como o tempo do texto e não o tempo do leitor. Parece-nos que o texto de Daniel Link coloca em jogo essa ideia ao propor a leitura como relação.

Todos esses aspectos dialogam com o que é considerado o valor de um texto literário. A atribuição de valor muitas vezes esteve atrelada a elementos externos à leitura e a discursos de autoridade sobre se determinado texto deveria ou não ser lido. Além disso, o valor passou e passa, em algumas situações, por uma associação ao cânone, ou seja, um conjunto de obras consagradas que ocupam um determinado espaço social, histórico e cultural. Mas nem sempre a obra do cânone chegará até o leitor, despertando-o à leitura, e isso pode ter relação com o modo como lemos e atribuímos valor a uma leitura ou outra.

Outro elemento que buscamos discutir é a produção de sentido com a qual todas as demais categorias em alguma medida se relacionam. Afinal, como se dá essa produção quando consideramos o texto e o leitor na mesma medida? E no presente? Como vemos, essas questões são fundamentais para refletirmos sobre a leitura e a produção do conhecimento.

Por isso, buscamos, no decorrer deste trabalho, pensar a leitura a partir de Link (2002) e como ela coloca em jogo posições dominantes em relação ao texto, ao leitor, ao tempo, ao valor e ao sentido. Isso nos permite uma reflexão de extrema importância, isto é, a possibilidade de repensarmos o ensino, haja vista que o modo como lemos implica, por exemplo, em como apresentamos aos nossos alunos um texto em sala de aula. Essas categorias colocadas em jogo no texto “Como se lê” são fundamentais para provocarmos discussões acerca de uma leitura no e do presente sem um *a priori* de qualquer natureza.

Além disso, nesse caminho, buscamos “ler levantando a cabeça” (BARTHES, 2012, p. 26), proposição feita por Barthes na leitura de “Sarrasine”, de Balzac. O autor, nesse movimento, escreveu sua leitura dessa novela, evidenciando todas as vezes que deixou o texto nesse levantar de cabeça. Nas palavras dele, escrever a leitura, dessa forma, é ao mesmo tempo um gesto desrespeitoso e enamorado. O primeiro relacionado às várias interrupções da leitura e o segundo aos constantes retornos ao texto. De acordo com ele, esse é um modo pouco comum de “texto-leitura” (BARTHES, 2012, p. 27), pois quase sempre o interesse gira em torno do autor do texto.

Sobre esse movimento de Barthes, nessa mesma perspectiva, em “Pierre Menard, autor do Quixote” (BORGES, 1972), Menard fez um “texto-leitura”, pois, no ato de ler, reescreveu a história do cavaleiro e de seu escudeiro. Dessa forma, compreendemos, com o texto de Borges, que ler um texto é escrevê-lo de novo no presente: “[...] continuar sendo Pierre Menard e chegar ao Quixote através das experiências de Pierre Menard.” (BORGES, 1972, p. 52).

A partir dessas reflexões, a seguir, discutimos cada uma das categorias aqui evidenciadas relacionadas à leitura: o texto, o leitor, o tempo, o valor e o sentido.

2 O texto

A primeira categoria sobre a qual discorreremos é o texto. Para tanto, retomamos o trecho de Link (2002) em que ele propõe uma definição à leitura. Nessa citação, o autor define a leitura como uma relação entre sujeito e objeto em que ocorre uma “correlação de duas séries de sentido” (p. 19). Uma delas relacionada ao sujeito, ao leitor, e a outra ao objeto, ao texto. Nesse sentido, na leitura, há tanto a presença do leitor quanto do texto. Portanto, uma questão importante que aparece é a do texto. Conforme Link (2002), há sentidos correndo pelo objeto – sentidos “que vem” do objeto, e que são passíveis de descrição. Dessa forma, compreendemos que o texto é carregado de sentidos que farão parte da constituição de outros sentidos na relação de leitura. Esses aspectos compõem esse modo de conceber a leitura a partir dessa noção de relação que envolve texto e leitor.

A atenção dada ao texto, como parte fundamental da leitura, na proposição de Daniel Link, nos lembra os textos de Iser, especialmente “O ato da leitura: uma teoria do efeito estético”, publicado pela primeira vez em 1976. Nesse sentido, esse livro nos ajuda a compreender a força do texto na teoria de Link. Nessa obra já clássica sobre o tema, Iser discorre acerca do texto, do leitor e da interação entre ambos. Porém, podemos vislumbrar em alguns momentos uma certa centralidade dada ao texto. Nas suas palavras, “muito embora o leitor precise realizar a estrutura previamente dada com o fito de constituir o sentido do texto, não devemos esquecer que ele está sempre aquém do texto, ou seja, fora dele.” (ISER, 1999, p. 82-83). Por isso, destaca que, para aparecer o ponto de vista do leitor, é preciso a influência do texto (ISER, 1999). E, ao encontro disso, faz o seguinte apontamento: “É evidente que o ponto de vista do leitor não pode ser determinado pelas histórias de experiências de cada leitor, ainda que histórias individuais não possam ser de todo ignoradas. Pois, para que lhe suceda algo, o leitor precisa distanciar-se de suas experiências.” (ISER, 1999, p. 83). Embora o autor afirme que não é possível ignorar as histórias de cada leitor, nessa citação, compreendemos que o ponto de vista do leitor não pode ser fruto de suas leituras e experiências. Desse modo, o leitor precisa tomar distância de suas vivências a fim de interagir com o texto (ISER, 1999).

O autor afirma, ainda, que “[...] o texto deve de certa forma instituir o ponto de vista do leitor [...]” (ISER, 1999, p. 83). A partir disso, o objeto é que guia o sujeito no percurso. Nessa perspectiva, o ponto de vista do leitor se constitui a partir do que vem do texto, dos sentidos que ali circulam. Contudo, pondera que “[...] a constituição de um sentido não representa uma exigência unilateral por parte do texto ao leitor; ao contrário, o sentido só vem à tona se algo sucede ao leitor.” (ISER, 1999, p. 83).

Iser (1999, p. 86) também discorre sobre o papel do autor nesse processo: “[...] só assim a relação entre autor e leitor possui uma base adequada – uma relação que em princípio se define pelo fato de que a história individual do autor e as disposições do leitor são negadas.” Isso permite pensar que os aspectos ligados à vida do autor não justificam o porquê de uma história ser de uma forma ou

de outra, isto é, a partir dessa concepção, o texto não é explicado pela vida e obra de quem o escreve.

Esse modo de compreender a importância do texto o coloca em um lugar de destaque, entretanto o leitor continua a aparecer. Tanto é assim que, para todos os momentos que Iser (1999) fala do texto, ele também menciona o leitor. Eles aparecem juntos, embora a centralidade na constituição do sentido seja dada ao primeiro. Segundo o autor:

O texto e o leitor não mais se encontram frente a frente como objeto e sujeito, ao contrário, tal “cisão” passa a agir no próprio leitor. Ao pensar os pensamentos de um outro, ele abandona por um certo tempo suas disposições individuais, já que se ocupa de algo que até esse momento não se encontrava – ao menos nessa forma – no horizonte de suas experiências. (ISER, 1999, p. 88).

Esse trecho nos permite compreender a influência exercida pelo texto no leitor. Conforme essa citação, o leitor passará a pensar e viver o que está no outro. Dessa forma, o leitor deixa de ser ele mesmo para vivenciar experiências novas que vêm de determinada leitura. Com efeito, para o autor, “ao pensar os pensamentos de um estranho, o sujeito precisa dar presença ao texto, abandonando, conseqüentemente, o que o determina.” (ISER, 1999, p. 89). Temos, assim, um leitor guiado pelo texto e o que vem dele. Um leitor, cuja bagagem de leituras e experiências é posta de lado na interação com o texto.

Nessa direção, segundo o autor, “sendo uma atividade guiada pelo texto, a leitura acopla o processamento do texto com o leitor [...]” (ISER, 1999, p. 97). Ou seja, há uma união entre um e outro em que o leitor é conduzido pelo texto. Ademais, segundo essa perspectiva, o texto apresenta lacunas a serem preenchidas pelo leitor: “Com efeito, os lugares vazios de um sistema se caracterizam pelo fato de que não podem ser ocupados pelo próprio sistema, mas apenas por um outro. Quando isso acontece, inicia-se a atividade de constituição do leitor [...]” (ISER, 1999, p. 107). As lacunas ou espaços indicados serão preenchidos pelo mesmo leitor que está atrelado ao texto. Porém, é importante mencionar que esse movimento será controlado pelo texto: “Os lugares vazios regulam a formação de representações do leitor, atividade agora empregada sob as condições estabelecidas pelo texto.” (ISER, 1999, p. 107).

Em Link (2002), o texto também é sempre o mesmo e é passível de descrição. No entanto, o que muda é que a série de sentidos do texto se encontra com a do leitor, e isso constitui sentidos outros que não estão só no texto. Já em Iser (1999), temos uma interação entre texto e leitor em que a série de sentidos do primeiro é preponderante. De qualquer modo, o livro de Iser é fundamental para o papel do texto na leitura, tal como proposta por Link. Reforçamos esse aspecto pois, às vezes, quando pensamos a leitura como relação, é como se o texto e o leitor estivessem dados. Além disso, em muitas situações, o sentido é tomado como sendo exclusivamente do texto.

3 O leitor

Além do texto, uma segunda categoria a ser evidenciada é a do leitor. A fim de compreendê-la, mais uma vez retomamos o trecho em que Link (2002) propõe um conceito de leitura. Nele, como vimos, a leitura é concebida como “a correlação de duas séries de sentido”. Uma delas ligada ao sujeito e a outra, ao objeto. Portanto, texto e leitor fazem parte da leitura, de modo que a série de sentidos que vem do sujeito está relacionada à interpretação. Há, conforme o autor, sentidos que vêm do sujeito que lê o objeto.

Nesse mesmo ensaio, Link (2002) pontua que “[...] Lacan propõe, no ‘Seminário sobre ‘A carta roubada’ (1955), um truque de magia que serve para demonstrar que sempre há séries de sentido e

que, em todo caso, pode-se sempre encontrar regularidades.” (LINK, 2002, p. 27). Ainda sobre isso, afirma: “[...] o sentido [...] aparece porque há série [...] e, além disso, porque há **redesignação**.” (LINK, 2002, p. 28, grifo do autor). Temos, desse modo, um leitor que faz parte da leitura e que é capaz de redenominar séries de sentido. Além disso, Link (2002) destaca que:

[...] nos textos de Lacan deixa-se ler uma teoria da leitura [...] que ainda hoje podemos sustentar. Primeiro vem o “momento delirante inicial”, o raptó, a paranóia, o desejo de sentido [...]; a paranóia **produz** acaso objetivo, logo, armam-se as séries (coativas) de significantes. O sentido, claro, desloca-se ao longo da série. Para poder predizer algo sobre o comportamento da série, e dado que o Real é tão impossível como a Primeiridade, devemos passar da relação meramente imaginária (o 2) com o texto, ao simbólico (o 3), ou seja, redenominar, cortar, escandir, pontuar de novo a sequência. (LINK, 2002, p. 28-29, grifo do autor).

Esses trechos permitem-nos considerar o leitor como parte do processo do ato de ler. Portanto, como um elemento muito importante para pensarmos a leitura. Por isso, com a finalidade de tratarmos um pouco mais sobre o leitor, trazemos à discussão Umberto Eco e algumas de suas reflexões acerca da obra aberta. Novamente, aqui, acreditamos que o destaque dado ao leitor por Eco em a **Obra aberta**, cuja primeira edição é de 1962, reforça o que Link está propondo em sua teoria de leitura.

Eco inicia a discussão em torno da obra aberta a partir da música. Para ele, “[...] uma obra de arte é um objeto produzido por um autor que organiza uma seção de efeitos comunicativos de modo que cada possível fruidor possa recompreender [...] a mencionada obra, a forma originária imaginada pelo autor.” (ECO, 1991, p. 40). Sobre isso, destaca que o autor da obra espera que ela seja compreendida como na sua versão original. Todavia, o fruidor, inevitavelmente, a compreenderá a partir de seu lugar e de suas vivências, nesse movimento em torno da constituição dos sentidos. Desse modo, compreendemos que: “[...] cada fruidor traz uma situação existencial concreta, uma sensibilidade particularmente condicionada, uma determinada cultura, gostos, tendências, preconceitos pessoais, de modo que a compreensão da forma originária se verifica segundo uma determinada perspectiva individual.” (ECO, 1991, p. 40). Nesse sentido, a bagagem de leituras e experiências do sujeito fazem parte da apreciação de uma obra. A compreensão do original terá o olhar do indivíduo atravessado por tudo o que o constitui. Assim, o entendimento acerca da obra terá elementos que vêm da série de sentidos do interlocutor. Contudo, a singularidade da obra permanece, como bem enfatiza o autor: “[...] a forma torna-se esteticamente válida na medida em que pode ser vista e compreendida segundo múltiplas perspectivas, manifestando riqueza de aspectos e ressonâncias, sem jamais deixar de ser ela própria [...]” (ECO, 1991, p. 40).

Com efeito, “[...] uma obra de arte, forma acabada e **fechada** em sua perfeição de organismo perfeitamente calibrado, é também **aberta**, isto é, passível de mil interpretações diferentes, sem que isso redunde em alteração de sua irreproduzível singularidade.” (ECO, 1991, p. 40, grifo do autor). Trata-se, portanto, de um movimento que passa pela obra como objeto acabado, porém, ainda assim, suscetível ao que vem do outro. Isso porque, conforme o autor, a possibilidade de interpretações distintas não exclui o caráter singular do original. Assim: “[...] **cada** obra de arte, ainda que produzida em conformidade com uma explícita ou implícita poética da necessidade, é substancialmente aberta a uma série virtualmente infinita de leituras possíveis, cada uma das quais leva a obra a reviver, segundo uma perspectiva, um gosto, uma **execução** pessoal.” (ECO, 1991, p. 64, grifo do autor).

Isso nos permite discorrer sobre um ponto fundamental, isto é, como a possibilidade de interpretações de uma obra permite que ela ganhe vida nova em cada encontro com seu fruidor, de forma que “[...] cada fruição é, assim, uma **interpretação** e uma **execução**, pois em cada fruição a obra revive dentro de uma perspectiva original.” (ECO, 1991, p. 40, grifo do autor).

Segundo o autor, uma obra aberta por excelência é a de Kafka:

[...] processo, castelo, espera, condenação, doença, metamorfose, tortura, não são situações a serem entendidas em seu significado literal imediato. Mas, ao contrário das construções alegóricas medievais, aqui os sobre-sentidos não são dados de modo unívoco, não são garantidos por enciclopédia alguma, não repousam sobre nenhuma ordem do mundo. As várias interpretações, existencialistas, teológicas, clínicas, psicanalíticas dos símbolos kafkianos só em parte esgotam as possibilidades da obra [...]. (ECO, 1991, p. 47).

Por meio da ambiguidade, para o autor, a obra de Kafka segue aberta com possibilidades de leitura que não se esgotam. Eco (1991) faz menção também a *Ulisses e Finnegans Wake*, de James Joyce, como possibilidades de obras abertas, passíveis de interpretação a partir da bagagem de seus leitores.

Eco (1991) nos fala tanto do sujeito quanto do texto. Este como fechado em sua singularidade, porém aberto à interpretação que vem do sujeito. Nisso, compreendemos que a vida nova e a potência do texto são dadas pelo leitor que, a partir do que traz à leitura, poderá transitar por caminhos talvez até então impensados pelo autor da obra original. Como podemos ver, no presente, nas pesquisas dessa grande autora que é Michèle Petit, especialmente em *Os jovens e a leitura*.

É importante destacar que muitos posicionamentos sobre a leitura consideram que o sentido está tão somente no leitor. Porém, tanto Iser (1999) quanto Eco (1991) tratam de sujeito e objeto, um ou outro com mais ênfase. Enquanto, para Link (2002), a leitura envolve texto e leitor, portanto, sentidos que vêm tanto de um quanto do outro e que poderão constituir sentidos outros.

4 O tempo

Até aqui, destacamos duas categorias: a do texto e a do leitor. Agora, propomos analisar o tempo da leitura. Para tanto, lembremos novamente da definição de leitura em Link (2002). Como sabemos, para esse autor, objeto e sujeito fazem parte da leitura. Nesse sentido, o tempo da leitura é o da relação entre texto e leitor, portanto um tempo que ocorre no presente.

Sobre isso, trazemos à discussão as reflexões de Adolfo Casais Monteiro (1961). Para ele, “a experiência do presente é a nossa vida; o passado é, pelo contrário, uma imagem já emoldurada, alheia, e cujo valor se nos impõe de uma maneira inteiramente diversa.” (MONTEIRO, 1961, p. 101). A partir desse trecho, destacamos como Monteiro compreende a relação entre presente e passado na história da literatura, ou seja, o passado como algo distante da experiência do leitor.

Com efeito, “com raras exceções, o historiador da literatura não parece dar-se conta de não serem **fatos**, mas **obras de arte**, aquilo que constitui a sua matéria-prima.” (MONTEIRO, 1961, p. 102, grifo do autor), o que nos permite discutir como, ao longo do tempo, o que chegou com maior ênfase aos leitores e estudantes de literatura foram datas, nomes e fatos históricos. Nesse sentido, os textos muitas vezes não são lidos, pois o que os antecede são informações sobre autores, períodos literários e demais elementos relacionados a essas questões que podem se tornar exaustivas.

Desse modo, para Monteiro (1961, p. 105), “as histórias da literatura deveriam ser obras para ler, e não apenas para consultar [...]”. Tal posição se refere justamente ao foco exacerbado dado a datas e classificações, o que muitas vezes afasta os possíveis leitores das histórias para ler. Além disso, pode-se criar uma imagem enfadonha da literatura em razão de tantas informações prévias à leitura. De acordo com Monteiro (1961, p. 106), “[...] a história da literatura não deveria cheirar a cadáver [...]”, mas, priorizar o que cada autor escreveu e não os dados sobre sua vida ou as informações sobre publicação e contextualização histórica do texto.

Ao encontro disso, vale ressaltar que: “Não se trata de negar o **peso** de história que cada obra literária carrega, mas sim de reconhecer, para efeitos pedagógicos, que ela deva ser ensinada quase como a física e a química, ou seja partindo do que ela é no presente, e integrando o passado nessa presença viva.” (MONTEIRO, 1961, p. 107, grifo do autor).

Esse modo de olhar o passado permite trazer a literatura ao presente, de maneira que o centro seja o que possa fazer sentido aos leitores. Nesse processo, fatos históricos vão se incorporando gradativamente ao ensino, às discussões e compondo o horizonte dos estudantes. Isso é de extrema importância, pois “[...] ensinada como história, a literatura ganha imediatamente, no espírito dos alunos, essa coloração de coisa morta, que lançará no espírito deles a ideia, difícil de arrancar, de que a literatura nada tem a ver com eles próprios, com a sua experiência, com toda experiência, seja qual for a sua época.” (MONTEIRO, 1961, p. 107).

O autor pontua como o caminho poderia ser inverso, ou seja, tomando como ponto de partida a leitura e, portanto, o contato do leitor com o texto. Desse modo, se valoriza tanto o presente quanto o passado, pois as demais questões aos poucos aparecerão remetendo também à história. Além disso, tal movimento modifica a experiência de alunos, professores e leitores. Isso porque o texto literário só fará sentido numa relação de leitura que ocorra no presente, no contato direto entre obra e leitor sem o *a priori* do que vem antes em relação a autores, ao contexto, dentre outros aspectos exteriores ao texto.

Isso nos permite enfatizar que “[...] a continuidade da literatura não é uma sucessão de mortes, mas uma permanência de vida [...]” (MONTEIRO, 1961, p. 107). Tal forma de pensá-la contribui para a reflexão de que a leitura, cada ato de ler, é uma possibilidade de vida nova que se dá ao texto. Isso porque as interpretações diversas e os encontros entre textos e leitores permitem que uma obra literária entre para a vida de um leitor, o que só é possível ocorrer pela experiência da leitura.

Nas reflexões de Monteiro (1961, p. 109), ele afirma que “é muito mais simples ensinar a história da literatura como se fosse a visita a um cemitério. Mas é muito mais importante ler o que escreveu um autor do que saber quando nasceu e quando morreu, por quem foi influenciado e a quem influenciou [...]”. Compreendemos, desse modo, que “[...] como a arte, a literatura reclama a pureza dum contato direto.” (MONTEIRO, 1961, p. 109).

Nesse sentido, o autor propõe pensar o texto literário como um camaleão que assume as cores de cada presente de leitura. Como ele diz:

[...] a obra literária, como o camaleão, muda de cor conforme o lugar onde se encontra. Obras que foram muito revolucionárias na época do seu aparecimento, parecem-nos hoje perfeitamente inócuas, ou, pelo contrário, o poder de choque, de ação revolucionária de outras só vem a tornar-se perceptível muito depois. Algumas, tidas como incompreensíveis, ficarem [sic] fáceis – e o oposto não é menos verdadeiro. A obra literária é, por uma grande parte, um reflexo das consciências sobre que passa, e podemos até dizer que, quanto maior ela é, mais suscetível será de tomar novos sentidos, de aparecer iluminada de maneiras diversas, mostrando a cada um o lado graças ao qual poderá ser mais viva para aquele leitor. (MONTEIRO, 1961, p. 87-88).

Tal modo de pensar o tempo da leitura, a partir de Link (2002) e Monteiro (1961), deixa de dar centralidade ao tempo do texto, isto é, nos afasta de formas de compreender o tempo da leitura que dizem respeito somente ao momento de publicação de uma obra literária ou ao espaço temporal em que se passa uma história. Isso possibilita que, ao lermos, possamos lembrar de outras leituras que, por sua vez, poderão acionar outras, e assim sucessivamente.

Nesse sentido, o tempo da leitura, no presente, a partir da relação entre sujeito e objeto, produzirá diferentes percepções em cada leitor e distintas possibilidades de historicizar um texto. E isso nos lembra que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas

um tempo saturado de ‘agoras’.” (BENJAMIN, 1987, p. 229), isto é, um tempo heterogêneo e não linear. Além disso, “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.” (BENJAMIN, 1987, p. 224). Esse modo de Benjamin (1987) tratar da história e do tempo é fundamental para pensarmos como lemos, pois os relampejos durante a leitura são a historicidade de um texto, as reflexões e o entendimento produzido na relação de leitura.

5 O valor

Como atribuímos valor a um texto literário? É muito comum fazermos tal mensuração a partir de alguns critérios ou ideias já consolidadas que colocam o texto no centro. Observamos isso em momentos da história em que a importância de uma obra literária se relacionava ao que fosse considerado nacional e, portanto, contribuísse para a formação do espírito da nação. Além disso, por muito tempo, se buscou a literariedade de um texto, isto é, elementos que o tornavam literário, segundo determinados pontos de vista.

Para as nossas reflexões acerca do valor, partimos, primeiramente, do trecho de Link (2002), apresentado no início deste ensaio, no qual tanto o leitor quanto o texto compõem a relação de leitura. Dessa forma, o valor não é atribuído somente a um ou a outro. Ambos importam e são considerados. Dessa forma, o que determinará o valor é esse encontro entre obra e leitor, pois os sentidos serão produzidos na relação de leitura.

Ainda sobre o valor, nesse mesmo ensaio, Link (2002) faz menção a Salvador Dalí, que atento a Lacan, propõe um método paranóico-crítico para a leitura de imagens triviais. Trata-se de “[...] um método paranóico capaz de devolver às imagens mais estereotipadas o sentido que perderam.” (LINK, 2002, p. 26). E como fazer isso? De acordo com Link (2002), pela leitura: “[...] a leitura, no método paranóico-crítico proposto por Dalí [...], libera o sentido da tirania do sujeito mas, ao mesmo tempo, **desloca-o** enquanto propriedade imanente do objeto. Para que haja sentido, voltemos a Peirce, deve haver uma relação.” (LINK, 2002, p. 27, grifo do autor). Portanto, pela leitura, na relação entre sujeito e objeto, as imagens ganham sentidos novos, constituídos nesse movimento.

Esse modo de olhar as imagens, proposto por Dalí, dialoga com a forma de atribuir valor a partir da definição de Link (2002). Entretanto, é importante mencionar que os Estudos Literários, desde Aristóteles, mensuram o valor da leitura pelo valor do texto. Temos, dessa forma, textos considerados tão importantes que compõem o que chamamos de cânone, isto é, “[...] um dispositivo que regula a prática literária e que tem, portanto, um poder prescritivo, tanto para o que se refere aos processos de escritura quanto aos processos de leitura. [...] o cânone singulariza, modela e designa propriedades.” (LINK, 2002, p. 230). Além disso, “[...] **classifica**: designa um lugar, uma posição, uma classe. Mas também transforma em **clássico**. Nada mais universal (e ao mesmo tempo nada mais singular) do que o clássico.” (LINK, 2002, p. 229, grifo do autor). Assim, compreendemos que “o tema ‘valor’, ao lado da questão da subjetividade do julgamento, comporta ainda a questão do **cânone**, ou dos **clássicos** [...] e da formação desse cânone, de sua autoridade – sobretudo escolar –, de sua contestação, de sua revisão.” (COMPAGNON, 1999, p. 226, grifo do autor).

Somando-nos a Dalí, perguntamos como atribuir valor àqueles textos que não estão no cânone? Como tornar potentes esses livros diversos que circulam fora da lista dos que são considerados bons? Parece que uma forma de respondermos a tais indagações é justamente pela leitura, concebida, aqui, como uma “correlação de duas séries de sentido” que envolve sujeito e objeto (LINK, 2002).

Ao encontro disso, compreendemos, segundo Agamben (2009), que a leitura como relação é uma forma de profanação, isto é, uma maneira de restituir ao uso comum o que foi capturado pelo dispositivo, definido aqui como: “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Vale ressaltar que, para ele, os sujeitos são produzidos na relação entre os seres viventes e os dispositivos, de modo que a profanação age como um contradispositivo.

Nessa direção, “a avaliação dos textos literários (sua comparação, sua classificação, sua hierarquização) deve ser diferenciada do valor da literatura em si mesmo.” (COMPAGNON, 1999, p. 227). Isso porque cada leitor, a partir da leitura, pode compor seu conjunto de textos preferidos, isto é, aqueles que fazem sentido para ele e são considerados importantes na sua bagagem de leitura. Historicamente, a ideia de valor, atribuída ao texto, pode causar algum tipo de afastamento do sujeito leitor, pois, nesse caso, o foco está na obra literária e não na relação de leitura. Vale destacar que o “público espera dos profissionais da literatura que lhe digam quais são os bons livros e quais são os maus: que os julguem, separem o joio do trigo, fixem o cânone.” (COMPAGNON, 1999, p. 225). Entretanto, nem sempre tais classificações surtirão leituras. Isso porque outros elementos, além de uma obra estar no cânone, podem ser mediadores de encontros entre leitores e textos.

Portanto, a partir de Link (2002), pensar o valor é dar centralidade à relação que ocorre no ato de ler, ou seja, considerando o leitor e obras literárias das mais diversas. Dessa forma, a leitura de um clássico será tão importante quanto a de outros textos que não compõem o cânone. O valor, desse modo, envolve a relação entre texto e leitor em um presente de leitura que permite a experiência do sujeito leitor.

6 O sentido

Ao longo do nosso percurso, observamos como a definição de leitura de Link (2002) coloca em jogo noções que estão quase sempre presentes quando tratamos da leitura. Uma delas é a forma como concebemos a produção de sentido no ato de ler. Muitas vezes, afirma-se que o sentido está no texto; em outras, que ele vem tão somente do leitor. Porém, vale ressaltar que, para Link (2002), a leitura é a “correlação de duas séries de sentido”. De acordo com ele, “se o que aparece é apenas a série de sentidos ‘que vem’ do objeto e apenas do objeto, estamos diante de uma descrição. Se o que se impõe é a série de sentidos do sujeito [...], estamos diante de uma interpretação.” (LINK, 2002, p. 19).

Portanto, nessa direção, o sentido está tanto no objeto (isto é, no texto) quanto no sujeito, aqui, chamado também de leitor. Dessa forma, podemos destacar que o sentido está na relação entre sujeito e objeto, haja vista que a leitura se dá, segundo Link (2002), nos limites entre o descrever e o interpretar.

Diante disso, para discutirmos um pouco mais sobre o sentido, perguntamos sobre o que nasce desse encontro entre sujeito e objeto em que duas séries de sentido se encontram? Para respondermos tal indagação, é importante ressaltarmos que o que nasce é fruto da leitura, ou seja, dos sentidos que circulam e envolvem texto e leitor. A cada encontro, sujeito e objeto podem produzir diferentes imagens de leitura, colocando em circulação sentidos que são constituídos no ato de ler. Poderíamos chamar o que nasce de imagem, de uma palavra, dentre outras possibilidades. Link fala em redenominação. E se olharmos para os textos de Michel Pêcheux, encontramos algo próximo: a metáfora. Vejamos o que ele diz em relação ao sentido:

[...] o sentido não poderia ser a “propriedade” da literalidade significante [...]; ele é o efeito de uma relação no elemento do Significante, relação que J. Lacan designou como **metáfora**, dizendo: “uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora” e acrescentando a seguinte nota, excepcionalmente esclarecedora para nosso propósito: “A metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*”. (PÊCHEUX, 2009, p. 239, grifo do autor).

A partir dessa citação, destacamos que o sentido é compreendido como o efeito de uma “relação”, a qual Lacan nomeia como “metáfora”. Podemos ressaltar assim:

[...] a concepção do processo de **metáfora** como processo sócio-histórico que serve como fundamento da “**apresentação**” [...] **de objetos para sujeitos**, e não como uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado “natural”, literalmente **pré-social** e **pré-histórico**. (PÊCHEUX, 2009, p. 123, grifo do autor).

Nesse sentido, a metáfora é concebida em determinadas condições de produção que envolvem tanto as circunstâncias da enunciação quanto a memória de um dizer nesse processo sócio-histórico (ORLANDI, 2015). Além disso, ela é a possibilidade de apresentarmos objetos para sujeitos, de modo que essa apresentação faça sentido tanto para quem apresenta quanto para quem a lê, o que é possível, justamente, porque ela nasce de uma relação de leitura. Além disso, considerando que o sentido não é literal, não está preso, portanto, a uma única possibilidade de entendimento, cada leitura poderá colocar em funcionamento metáforas distintas.

Disso, compreendemos que a metáfora tem memória e é dotada de singularidade (como a redenominação), pois será produzida a partir de cada encontro entre texto e leitor. E isso, sem dúvida, nos faz lembrar da seguinte afirmação: Na contemplação de um objeto, o historiador da arte só trabalha com singularidades (DIDI-HUBERMAN, 2006). Aqui, o autor se refere às imagens que como as metáforas têm essa aura do singular, pois cada uma, tomada como ponto de partida, terá sua historicidade e poderá ser base para discussões diversas.

Sobre a proximidade da metáfora com a imagem, destacamos também um trecho em que Didi-Huberman (2015) trata de Benjamin e a montagem da experiência:

Primeiro, há a **queda do corpo**: elemento sintomal de toda experiência em que o sujeito, levado por uma corrida literalmente “catastrófica” – figurada nesse trecho pela descida da montanha, o entulho das pedras, o peso do corpo, o passo intermitente, o cansaço físico próximo do desabamento –, torna-se o **brinquedo** de seu próprio movimento. Em seguida, há o **surgimento das imagens**, elas também intermitentes, fulgurantes, renovadas a cada passo, como um **jogo [jeu]** psíquico com a própria queda. Há, enfim, a **constituição de um saber** – até mesmo de uma sabedoria – disso tudo: como o **alcance [enjeu]** do movimento de queda e do fogo de imagens reunidos. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 162-163, grifo do autor).

Esse trecho elucidado como podem nascer as imagens. Vale ressaltar que “[...] é uma **imagem** que o despertar libera inicialmente. [...] com Walter Benjamin, a história da arte recomeça tão bem: porque a imagem é, doravante, colocada no próprio centro, no centro originário e turbilhante do processo histórico enquanto tal.” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 125, grifo do autor). Ao encontro disso, na leitura, por sua vez, temos a série de sentidos que envolve tanto a descrição quanto a interpretação. Além disso, segundo Link (2002), há a possibilidade da redenominação do sentido pelo sujeito. Desse modo, nessa relação, as metáforas de leitura que, inicialmente, poderíamos conceber como imagens, leem tanto o objeto quanto o sujeito, pois nascem do encontro entre texto e leitor.

7 Considerações finais

Neste ensaio, buscamos compreender como, a partir da definição de leitura de Daniel Link (2002), presente no ensaio intitulado “Como se lê”, são colocadas em jogo algumas categorias referentes à leitura, tais como: o texto, o leitor, o tempo, o valor e o sentido.

Assim, partindo do conceito de Link, no qual, a leitura é a “correlação de duas séries de sentido”, uma que vem do objeto e outra que vem do sujeito, evidenciamos questões presentes em torno de tais categorias.

Nesse movimento, dialogamos com teóricos como Borges (1972), Iser (1999), Eco (1991), Monteiro (1961), Benjamin (1987), Compagnon (1999), Agamben (2009), Didi-Huberman (2006, 2015), Orlandi (2015), Pêcheux (2009) e Barthes (2012). Todos são fundamentais a fim de compreendermos que o conceito de leitura de Link (2002) propõe um modo novo de conceber a leitura, isto é, uma relação em que texto e leitor importam.

Nesse sentido, a leitura que se dá na relação é uma leitura no/do presente, que traz leitores e obras literárias ao momento do ato de ler. Disso, importa o que os autores escreveram e não fatores externos ao texto. Ao encontro dessa forma de conceber o tempo da leitura, temos um valor dado à leitura que nasce da relação. Desse modo, tanto o texto quanto o leitor têm a mesma importância.

E, nesse caminho, a produção de sentido envolve todos esses elementos. Além disso, o sentido está na relação, portanto nasce nesse encontro entre texto e leitor. Como nomear o que nasce? Uma imagem, uma palavra? Conforme os autores aqui propostos: redenominação, metáfora e imagem. Nomes para o efeito da relação entre texto e leitor que têm memória. Além disso, compõem um modo de compreender o literário e, também, um modo de aproximar textos e leitores.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. Porto Alegre: Abril Cultural, 1972.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Inquietar-se diante de cada imagem. **Revista Vacarme**, n. 37, out. 2006. Disponível em: <http://flanagens.blogspot.com/2011/05/inquietar-se-diante-de-cada-imagem.html>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**. História da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- ECO, Umberto. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. São Paulo: Ed. 34, 1999, v. 2.
- LINK, Daniel. **Como se lê e outras intervenções críticas**. Chapecó: Argos, 2002.
- MONTEIRO, Adolfo Casais. **Clareza e Mistério da Crítica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.